



Desfeitos modernizantes: a demolição da igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios, Recife (1971-1973)

Hugo Leonardo Silva de Oliveira Leite¹

Resumo

A Igreja do Bom Jesus dos Martírios, popularmente conhecida como Igreja dos Martírios, que como o próprio nome comodamente sugere fora uma vítima singular de um modernismo predatório, da busca de tentar transformar tudo em moderno, a fim de equiparar o Recife às outras metrópoles brasileiras. Para entendermos os decênios de vicissitudes ocorridas na capital pernambucana, apegamo-nos às lúcidas considerações do historiador francês Fernand Braudel, quanto ao seu critério de classificação da história: história imóvel, história dos acontecimentos e história da estruturas. É nesta última que *a fortiori* devemos filiar os referidos acontecimentos, provenientes dos equilíbrios e desequilíbrios a médio e longo-prazo. *Mutatis mutandis* o objetivo desta síntese é demonstrar que a política de cunho progressista pode muitas vezes ser uma experiência prejudicial e traumática para a cidade, supondo assim que a tradição e a modernidade não podem coexistir.

Palavras-chave: Recife; Igreja dos Martírios; Augusto Lucena; Modernização.

“Cidades e moedas são, ao mesmo tempo, motores e indicadores; elas provocam e assinalam a mudança. São também a consequência desta.” (BRAUDEL, 1987, p. 14)

A cidade do Recife, no decorrer do século XX, foi palco de intensas modificações na sua paisagem urbana visando sua modernização e adequação aos moldes e normas de uma urbe moderna e bem aquinhoadas. *Ipsa facto* a ação modernizante do poder estatal, a Prefeitura do Recife, empreendeu uma série de reformas urbanas sem precedentes na sua história, passando por cima de valores e tradições preservadas ao longo de vários séculos, no qual destacamos o bairro de São José que fora verdadeiramente mutilado: dezenas de ruas, casarios, lotes comerciais e comunitários – muitos remontando ao período colonial – foram desapropriados e, conseqüentemente demolidos pela ânsia de transformar tudo em moderno.

É a partir desse quadro que achamos relevante destacar a “Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios”, popularmente conhecida como **Igreja dos Martírios**. Como o próprio nome comodamente sugere, esta foi uma vítima inaudita de uma

¹ Graduando em História pela Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP.



modernidade desenfreada. Os eventos e extensos debates que giraram em torno dela, especialmente a guerra declarada entre duas correntes: os que defendiam sua demolição para dar início ao processo de ampliação da Av. Dantas Barreto, que, segundo eles era *imprescindível para o escoamento do tráfego na cidade*² – como o seu idealizador o prefeito Augusto Lucena, o historiador Flávio Guerra, o sociólogo Gilberto Freyre e o próprio governo militar, representado pela pessoa do Presidente Médici; e os que eram contra a sua demolição, por se tratar de um patrimônio histórico nacional, reconhecido e tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN, futuro IPHAN), devendo, em tese, ser preservado. Destacamos entre outras, a figura do escritor Ariano Suassuna e dos arquitetos José Luiz da Mota Menezes, Ayrton Carvalho e Delfim Amorim. A este embate desenfreado e troca de insultos e acusações de ambas as partes, Denis Bernardes chamaria mais tarde de “Batalha dos Martírios”. Concentrar-nos-emos especialmente nestas artimanhas e articulações usadas para salvar e/ou demolir o templo, sendo, portanto o eixo principal de nossa análise.

A intervenção e ousadia de Augusto Lucena e sua importância para o governo militar é-nos evidente. É mister ressaltar que ele diferia dos demais por possuir algo que os outros não tinham: popularidade. Conquistada ao longo do seu primeiro mandato – Lucena assumiu o governo da cidade no lugar do antigo prefeito Pelópidas da Silveira, deposto pelo golpe militar –, quando este empreendeu uma série de obras viárias a fim de equiparar o Recife às outras metrópoles brasileiras. Ele construiu aquilo que deveria ser o símbolo do progresso do Recife, o novo edifício-sede da Prefeitura³ – intitulado Palácio Rio Capibaribe, apesar deste rio não margear o prédio. Na realidade a nova sede da prefeitura do Recife foi construída nas margens do Rio Beberibe –, movendo a sede do tradicional edifício palaciano que fora residência do Conde da Boa Vista, na Rua da Aurora, para o referido prédio. Outrossim descaracterizando a arquitetura do Bairro do Recife, assim como o do centro da cidade, no qual seguiam uma estética que transitava entre os estilos barroco, rococó, neoclássico e eclético – como o do Palácio do Campos das Princesas, sede do governo estadual. Também construiu muitas avenidas, entre elas

² DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 3 de outubro de 1971, p. 05, 1º Caderno.

³ Cf. NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. *Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)* – Sobre mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance A Rainha dos Cárceres da Grécia, de Osman Lins. Recife, UFPE, CFCH, PPGH, 2004. Tese de Doutorado. pp. 398 – 399.



a Caxangá, Antônio Góis, José Estelita, Nossa Senhora do Carmo, Agamenon Magalhães, Domingos Ferreira, Abdias de Carvalho e o Cais do Apolo⁴.

As ações que são objetos de nossa análise partem da intervenção do prefeito no seu segundo mandato, que parece dar início ao processo de ampliação da Av. Dantas Barreto devido à vontade de retomar

aquilo que ele iria fazer e que não fez. Talvez por um capricho pessoal, talvez porque havia necessidade de uma grande avenida para desfiles militares, porque ela daria nas proximidades do Forte de Cinco Pontas, talvez porque houvesse interesse de Incorporadoras (empresas imobiliárias) etc.⁵

Diante do receio que a igreja fosse tombada pelo IPHAN, Augusto Lucena acelerou as obras e deu início ao processo de derrubada dos imóveis que ficavam nas cercanias do templo até finalmente chegar neste e pô-lo abaixo. O IPHAN igualmente adiantou-se e a Igreja dos Martírios fora tombada como um patrimônio histórico.

Lucena, porém, não abriria mão da idéia tão facilmente. Segundo o arquiteto José Luiz da Mota Menezes – que resume a Dantas Barreto em uma única frase: “uma avenida que parte do nada e leva a lugar nenhum” –, o prefeito iniciou um processo que descaracterizasse o frontão da igreja; chamou então o demolidor oficial da prefeitura e este, num gesto criminoso, pôs abaixo a torre da Igreja dos Martírios que levou consigo parte do templo – justamente no dia em que um representante do IPHAN iria avaliar a importância da igreja⁶ –, nenhum jornal registrou – ou não quis registrar – esse infame episódio. As constantes demolições nas intermediações do templo, cujo intuito era tão-somente danificar sua estrutura física, ocasionariam o desabamento de um sobrado que resultou na morte de cinco pessoas e dezenas de feridos⁷.

Augusto Lucena conseguiu ainda uma importante aliada: a Arquidiocese de Olinda e Recife, que se mostrou favorável à demolição do templo afirmando que a Irmandade do Bom Jesus dos Martírios era uma entidade corrupta – os membros da

⁴ **BARBOSA**, Virginia. *Augusto Lucena*. [on-line] Disponível na Internet via: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=285&textCode=7987&date=currentDate>>. Março de 2008.

⁵ **MOTA**, Uriano. *O assassinato de uma cidade*. La Insignia. [on-line] Disponível na Internet via: <http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=376>. Março, 2008.

⁶ Idem.

⁷ **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, 24/08/1971, p. 03, 1º Caderno.



irmandade teriam concordado com a demolição *em troca de uma quantia em dinheiro e um terreno em outro local*.⁸

Como a igreja ainda continuava na lista de patrimônios federais, Lucena foi pessoalmente à Brasília, acompanhado pelo secretário de Assuntos Jurídicos, Urbano Vitalino, e por Samir Abou Hana, diretor do Departamento de Imprensa, evidentemente para conquistar apoio político e influenciar o Conselho Federal de Cultura a “destombar” a Igreja dos Martírios. Se por um lado o prefeito angariou o apoio de vários deputados federais, entre eles Aderbal Jurema que desde o início posicionara-se ao seu favor⁹ e além, é claro, de já possuir o apoio incondicional do governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite; de outro sofrera uma fragorosa derrota, pois, o Conselho em reunião secreta optou pela preservação do patrimônio.

O prefeito Lucena esteve durante toda a reunião no Conselho Federal de Cultura, onde permaneceu inquieto. Este demonstrara ansiedade, quiçá como forma de intimidar a decisão do Conselho, o que levou o mesmo a *interpretar este fato numa forma de pressão sobre o parecer*¹⁰.

Segundo o parecer do conselheiro Josué Montello, relator da matéria, *com o objetivo de conciliar os interesses de ordem cultural e do desenvolvimento da capital pernambucana*, o Conselho Federal de Cultura propunha duas sugestões para resolver o impasse sobre a Igreja dos Martírios, acatando a proposta apresentada pelo arquiteto Delfim Amorim. A primeira *preservando todo o contorno da igreja, e fazendo com que a Avenida passe pelos lados do monumento, sendo a Prefeitura do Recife, em tal hipótese, auxiliada pelo Governo Federal na desapropriação da Igreja dos Martírios*. Enquanto que a segunda *seria a conservação do frontão principal do monumento tombado, que poderia ficar no meio da Avenida, ou transportado para sua margem*.

Não contente com essa decisão, e julgando ser economicamente inviável, o prefeito Lucena apelaria então ao Presidente Emílio Garrastazu Médici, para intervir contra a decisão do Conselho e a favor de sua empreitada. Como vemos transcrito abaixo:

⁸ Sobre estas informações consultar: **Edificação foi o único templo do Brasil todo construído pelas mãos de escravos**, in **JORNAL DO COMMERCIO**, 15/10/2000 [on-line]. Disponível na Internet via: <<http://www2.uol.com.br/JC/2000/1510/cd1510h.htm>>. Março, 2008.

⁹ **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, 3 de outubro de 1971, p. 05, 1º Caderno.

¹⁰ **DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, 08 de outubro de 1971, p. 01, 1º Caderno, passim.



O prefeito Augusto Lucena está disposto a ir ao Presidente Médici pedir que revogue o tombamento da Igreja dos Martírios pelo Patrimônio histórico, pois está convencido de que mais vale ao Recife ter uma avenida larga do que uma velha igreja que tombou parcialmente. Considera a posição do Conselho Federal de Cultura, defendendo a preservação do templo, “altamente injusta aos interesses do desenvolvimento da cidade”, e acha que se trata de “ruínas irrecuperáveis”. Os comerciantes da Rua Augusta são unânimes em afirmar que a permanência da igreja trará grandes problemas. Embora sejam em sua maioria católicos, eles não consideram errada a demolição do templo, pois os fiéis há muito não tinham acesso a ele.¹¹

Como no governo a palavra final era de fato a do Presidente Médici, este em resposta envia ao Recife para avaliar o valor histórico do monumento, o Ministro-Militar Jarbas Passarinho, que então ocupava a pasta de educação e cultura. No seminário promovido em 1981 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento de Pernambuco e pelo Clube de Engenheiros de Pernambuco, contando com a presença de ex-prefeitos do Recife, foi citado este ocorrido:

Numa decisão do Presidente, o Ministro da Educação veio aqui. Esteve aqui o dr. Jarbas Passarinho. Ao tempo, eu soube, que ele esteve presente, duas noites, quando esteve aqui no Recife, na Dantas Barreto, assistindo às obras e, naturalmente, motivou o Presidente da República, que na hora era o Gen. Médici, para que fosse dada a liberação de botar a igreja abaixo, uma vez que, todos os prédios, tinham sido já demolidos, desapropriados justamente, pagando-se pelo justo valor da nossa Comissão de Desapropriação e de acordo com os proprietários e ficou a igreja como um obstáculo. Veio aqui o Ministro da Educação, que era o Cel. Jarbas Passarinho e, então levou motivações e informações ao Conselho, alegando que ali não havia monumento nem história, nem tradição, nem cultura, nem arquitetura e, por isso veio a ordem de ser botada abaixo.¹²

A Igreja dos Martírios era então “destombada” pelo Ministro Jarbas Passarinho, em documento sancionado pelo Presidente da República, que obrigava a Prefeitura a refazer o frontão da Igreja virado para a Avenida, *o que seria uma solução, (...) mediadora, mas uma solução um tanto ou quanto estranha, porque se iria construir uma fachada de uma Igreja que nunca existiu, só para lembrar que uma igreja existiu*¹³. Todavia, vale ressaltar que o referido frontão nunca foi construído.

Em 23 de janeiro de 1973, a Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Martírios era demolida para dar início às obras de ampliação da Avenida Dantas Barreto que seria entregue antes do carnaval do ano seguinte, segundo Augusto Lucena.

¹¹ JORNAL DO COMMERCIO, 09 de outubro de 1971, p.01, 1º Caderno.

¹² IAB-PE e CEP apud NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do, *op. cit.*, p. 110.

¹³ MOTA, Uriano, *op. cit.* [on-line] Disponível na Internet via:

<http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=376>. Março, 2008.



É-nos mister mencionar a atuação de alguns intelectuais pernambucanos e sua influência no “destombamento” e, por conseguinte, na destruição do monumento. Gilberto Freyre figura aqui como personagem-chave. Representante da alta intelectualidade pernambucana, este fora *ad hoc* uma espécie de defensor extraoficial das metas da prefeitura, na medida em que o discurso deste aproximara-se daquele pregado pelo prefeito. Curiosamente, Gilberto Freyre de início pregara contra a demolição, mas mudou rapidamente de conclusão, ao constatar *a priori* que a Igreja dos Martírios não possuía valor histórico – mesmo transitando num campo que lhe era desconhecedor; Freyre verdadeiramente não era especialista no assunto em questão para emitir um juízo de valor. Com o alinhamento dos discursos, não é de se estranhar que Gilberto Freyre notadamente ganhara amplo espaço no governo de Lucena. De forma semelhante o historiador Flávio Guerra – que na época ocupava a cadeira de presidente do Conselho Municipal de Cultura –, de maneira eloqüente saúda o prefeito Augusto Lucena por este estar a “defender os autênticos patrimônios históricos do Recife”, posicionando a favor da demolição. Em seu livro sobre os principais monumentos religiosos do Recife,¹⁴ afirma que a Igreja dos Martírios era uma “igreja típica”, supondo que iguais a ela existiam muitas outras, cometendo um grave erro, o que surpreende vindo de um notável historiador pernambucano, já que a igreja possuía um valor inaudito (ver supra), tanto pela sua história – era a única igreja no Brasil construída por escravos –, quanto pelo seu valor arquitetônico, se configurando numa mescla dos estilos barroco e rococó.

Parece-nos que em tempos de “milagre econômico” manter conservada a memória, a história e a tradição eram para o governo militar, meras superficialidades, entraves para o desenvolvimento e o progresso. Em suma, o progresso no Recife sob a lente fria dessa modernização violenta, tendo este infeliz episódio como exemplo, nos é bastante conveniente para chegarmos à conclusão de que vigorava, especialmente neste período, um caráter fetichista por parte das esferas do poder. Se para eles a conservação de um templo em ruínas – ruínas estas ocasionadas por ordem da própria autoridade municipal, vale lembrar – era inútil, por outro, a própria Avenida Dantas Barreto, símbolo do desenvolvimento do Recife, é considerada atualmente por intelectuais – como o arquiteto José Luiz da Mota Menezes, como já exaustivamente citamos – rudimentar e em alguns pontos –

¹⁴ Cf. **GUERRA**, Flávio. *Velhas igrejas e subúrbios históricos*. PMR: Departamento de Documentação e Cultura. Recife, 1961.



justamente naquele onde localizava-se a Igreja dos Martírios – inútil, pois o trânsito é facilmente suprido pela Avenida Nossa Senhora da Conceição.

Por fim, a cisão entre a tradição e a modernidade mostrou-se, *a fortiori*, ser um aspecto desfavorável ao Recife – especialmente nos bairros do seu centro histórico-urbano, localizados ao longo do eixo Capibaribe – vítima de um urbanismo excludente, onde o novo teve primazia sobre o antigo. Mais de duzentas famílias que viviam há décadas no Bairro de São José foram desapropriadas de seus bens e imóveis, deslocadas com uma indenização miserável e transferidas, em sua maioria, para áreas pouco urbanizadas e desprovidas de recursos sanitários. Porém, hoje, o Recife procura conviver com as marcas de ferida na sua alma de cidade.

Referências

BARBOSA, Virginia. *Augusto Lucena*. [on-line] Disponível na Internet via: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=285&textCode=7987&date=currentDate>>. Acesso em Março de 2008.

BRAUDEL, Fernand. **A dinâmica do capitalismo**. Tradução Álvaro Cabral. São Paulo: Rocco, 1987.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. PMR: Departamento de Documentação e Cultura. Recife, 1961.

MOTA, Uriano. **O assassinato de uma cidade**. La Insignia. [on-line] Disponível na Internet via: <http://www.arscientia.com.br/materia/ver_materia.php?id_materia=376>. Acesso em Março, 2008

JORNAL DO COMMERCIO. Recife: Empresa Jornal do Commercio, out. 1971 a mar. 1972; nov. 1972 a jan. 1973.

_____. Recife: Empresa Jornal do Commercio, 15 out. 2000. [on-line]. Disponível na Internet via: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1510/cd1510h.htm>. Março, 2008.

NASCIMENTO, Luís Manuel Domingues do. **Inventário dos feitos modernizantes na cidade do Recife (1969-1975)** – Sobre mediações históricas e literárias entre a história recente do Recife e o romance *A Rainha dos Cárceres da Grécia*, de Osman Lins. Recife, UFPE, CFCH, PPGH, 2004. Tese de Doutorado.



_____. **A construção da Avenida Dantas Barreto e a lógica modernizante na cidade do Recife (1971 – 1973).** In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ, 2005, Londrina – PR. ANAIS DO XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – HISTÓRIA: GUERRA E PAZ. Londrina: ANPUH – Associação Nacional de História, 2005.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife: Diários Associados, out. 1971 a jan. 1973. (APEJE)

VON MEGGYESY, ANGELA RODRIGUES LIMA. **A atuação do SPHAN na preservação do Forte do Arraial e na destruição da Igreja do Senhor Bom Jesus dos Martírios.** Monografia de Graduação, Recife, 1984.